

**Concessionária da Rodovia Presidente
Dutra S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 15
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	16 - 17
Balanço patrimonial	18
Demonstração de resultados	19
Demonstração do resultado abrangentes	20
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	21
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	22
Demonstração do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24 – 67

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR NovaDutra vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a CCR NovaDutra continuou a enfatizar o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, através da incorporação de novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, com o objetivo de melhorias contínuas em segurança, conforto e da fluidez do tráfego na Via Dutra.

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2012 somaram R\$ 2.348 milhões em obras, equipamentos e sistemas, dos quais R\$ 287 milhões referem-se ao ano de 2012. Durante o ano foram executados 303 quilômetros de faixa de restauração do pavimento da rodovia. Merecem destaque neste exercício a conclusão das obras nas marginais em São Paulo e no Rio de Janeiro, além da recuperação do pavimento da rodovia, reforço, recuperação e alargamento de 16 Obras de Artes Especiais; serviços complementares da faixa adicional em segmento do canteiro central, km 153,940 ao km 157,700, Pista Sul em São José dos Campos - SP; obras de segurança com melhorias para os pedestres e implantação de barreira rígida para a maior segurança do usuário.

Cenário Econômico

O cenário econômico volátil não impactou em nosso programa de obras e manutenção das rodovias em 2012.

Não houve atos governamentais ou qualquer outro fator relevante que afetou nosso desempenho.

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação. Trabalhar continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e avaliando, inclusive, a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio.

Maximizar Eficiências Operacionais. Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais (rede de comunicação secundária, painel de mensagem variável e *call box*) e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Riscos de Mercado

A administração dos ativos e passivos financeiros da companhia é efetuada por meio de estratégias, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, e está exposta a taxas de juros flutuantes, referente a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Certificados de Depósito Interbancário CDI relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria também vinculadas à variação do CDI.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita, que são pequenas, em termos percentuais, em relação à arrecadação de pedágio, incluem principalmente publicidade e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes dos veículos pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2012, 97,2 % de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 2,8% resultaram de outras atividades.

Nossas receitas de pedágio e acessórias aumentaram aproximadamente R\$ 61 milhões em relação a 2011.

Em R\$ mil:

	2011	2012	Crescimento
Receita Bruta	R\$ 1.267.793	R\$ 1.270.747	0,23%
Receita de construção	R\$ 247.728	R\$ 189.532	-23,49%
Receita Operacional Bruta	R\$ 1.020.065	R\$ 1.081.215	5,99%
Receita de Pedágio	R\$ 993.056	R\$ 1.050.626	5,80%
Receita Partes Relacionadas		R\$ 331	
Receita Acessória	R\$ 27.009	R\$ 30.258	12,03%

O número total de veículos equivalentes, pedagiados na ViaDutra, aumentou de 177 milhões em 2011, para 179 milhões em 2012.

O reajuste tarifário em 2011 era dado em função da média ponderada entre os índices de Terraplanagem, Pavimentação, Obras de Artes Especiais e Serviços de Consultoria. Todavia, a partir de agosto deste ano, o cálculo passou a considerar como índice de reajuste a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre os meses de agosto de 2011 e

julho de 2012. Quando comparado ao valor da tarifa básica de pedágio do quarto trimestre de 2012 com igual exercício do ano anterior, verifica-se que houve um reajuste de 5,21% em seu valor, passando de R\$ 9,60 (vigente a partir de 01 de agosto de 2011) para R\$ 10,10 (vigente a partir de 01 de agosto de 2012).

1.2 - Deduções da Receita Bruta

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Em 2012, foram recolhidos aos cofres dos municípios do Rio de Janeiro, São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Pirai, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Itatiaia, Queluz, Lavrinhas, Silveiras, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Canas, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Guararema, Santa Isabel, Arujá, Guarulhos e São Paulo o montante aproximado de R\$ 54 milhões, relativos a ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias, o que representou um incentivo fundamental para a infra-estrutura dessas comunidades.

Isso também aliado aos R\$ 39 milhões de PIS e COFINS pagos em 2012, totalizando mais de R\$ 93 milhões em tributos, valor superior em 3,4% em relação a 2011 (R\$ 88 milhões) principalmente devido ao aumento da receita de pedágio.

1.3 - Custos operacionais e despesas administrativas

No ano de 2012, os custos operacionais e despesas administrativas (R\$ 776.580) foram menores que as do ano de 2011 (R\$ 801.318), principalmente devido à diminuição de custos de construção.

1.4 - Depreciação

No ano de 2012, a depreciação (R\$ 114.082) foi maior que a do ano de 2011 (R\$ 91.293), devido à conclusão de grandes obras como as marginais de São Paulo e Rio de Janeiro.

1.5 - Resultado Financeiro

No ano de 2012 o resultado financeiro foi de (R\$ 63.872), enquanto em 2011 (R\$ 79.411) devido à maior capitalização de receitas financeiras, menor contabilização de juros e variações monetárias dos financiamentos.

1.6 - Financiamentos

Ao final de dezembro de 2012, o saldo do endividamento a título de financiamento, somou R\$ 788.454, conforme abaixo discriminado:

Descrição	Valores em R\$ mil
Finame	1.972
Leasing de veículos	1.893
Debêntures	784.589
Total	788.454

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2012 todos esses índices foram atingidos.

O pagamento de nosso endividamento frente ao Banco Nacional de Desenvolvimento é mensal e frente aos debenturistas é semestral.

1.7 - Investimentos

No ano de 2012 os investimentos, no montante de (R\$ 287.764), foram menores que no exercício anterior (R\$ 334.047).

Obras concluídas durante o ano de 2012

Recuperação, reforço e alargamento:

Ponte sobre o Rio das Botas km 178,79 Pista Sul (RJ);

Ponte sobre o Córrego Águas Lindas km 202,68 Pista Sul (RJ);

Ponte sobre o Rio Pirai, km 237,23 - Pista Sul (RJ);

Ponte sobre o Rio Caximbaú, km 253,37 - Pista Norte (RJ);

Viaduto de acesso a Penedo km 310,86 - Pista Norte (RJ);

Ponte sobre o Rio da Cruzes km 4,079 Pista Norte (SP);

Ponte sobre o Rio Bocaina km 37,72 - Pista Norte (SP);

Ponte sobre o Rio Bocaina, km 37,72 - Pista Sul (SP);

Ponte sobre o Rio São Gonçalo, km 64,37 - Pista Sul (SP);

Viaduto do Pinhão (1º Maio) km 70,24 Pista Sul (SP);

Viaduto de Acesso a Aparecida, km 71,420 - Travessia (SP);

Ponte sobre o rio Comprido, km 157,72 - Pista Norte (SP);

Viaduto Acesso Jacaré I, km 158,01 - Pista Norte (SP);

Viaduto Acesso Jacaré I, km 158,21 - Pista Norte (SP).

Recuperação e reforço:

Viaduto Caxias – Pavuna, km 165,48 - Travessia (RJ);

Viaduto Jacaré II, km 166,990 - Transversal (SP).

Melhorias com Projeto Definido:

Implantação de passarela km 168 (SP);

Implantação de passarela km 189 (SP);

Marginal Sul São Paulo, km 216,5 ao 218,5 - Pista Sul (SP);

Marginal Sul São Paulo, km 218,5 ao 222,1 - Pista Sul (SP).

Outros Melhoramentos:

Implantação de Passarela, km 271,38 - Travessia (RJ);

Implantação de Passarela km 302,15 (RJ);

Implantação de Ponto do ônibus junto à Passarela km 302,15 (RJ);

Passagem Superior km 92 (SP) - Pindamonhangaba;

Implantação de Passarela km 129,00 (SP);

Implantação de Ponto de ônibus junto à Passarela km 129,00 (SP);

Implantação de faixa adicional, km 153,94 ao 157,7 - Pista Norte (SP);

Implantação de Passarela km 206,75 (SP) – Arujá;

Implantação de ponto de ônibus junto à passarela km 206,75 (SP).

2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011 e 2012, tínhamos respectivamente 1.368 e 1.383 colaboradores. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos nossos colaboradores:

Categoria	2012	2011
Administração	180	178
Operação	1203	1190
Total	1.383	1.368
Turnover	1,41	1,36

O nosso vínculo sindical é com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o exercício 2011/2012 foi de 5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 700,00.

Conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev, administrado pelo Unibanco AIG Previdência e outros benefícios sociais como programas de auxílio e/ou suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

Os programas da CCR NovaDutra relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, tais como: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estão em conformidade com a legislação.

3. Redução de Acidentes

Em 1997, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 773 acidentes, em média, por mês. Em 2012, o índice mensal foi de 1.005 acidentes, apenas 30% superior aos registrados em 1997, em virtude do tráfego ter aumentado consideravelmente neste exercício.

Vale ainda ressaltar que o número de vítimas fatais reduziu em 55% se compararmos o ano de 2012 com o ano de 1996, quando teve início o acompanhamento por parte da Concessionária aos acidentes ocorridos na Via Dutra.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR NovaDutra continua realizando ações para a superação desses índices, dentre as quais, destacamos:

- Programa Estrada para a Cidadania, no qual cerca de 128 mil alunos da rede pública de 34 municípios situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, recebem as primeiras noções sobre trânsito, direção responsável e cidadania.
- Programa Estrada para a Saúde, desenvolvido pela CCR NovaDutra em parceria com a Petrobrás Distribuidora. Tal programa é destinado ao bem estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia a dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde. Em 2012, foram atendidos 3.000 caminhoneiros, foram aplicadas 1.095 doses de vacinas, entre elas hepatite B, dupla viral, dupla adulto, tríplice viral, anti-tetânica e febre amarela.

4. Atendimento ao Usuário

O Sistema de Atendimento ao Usuário da CCR NovaDutra registrou em 2012: 397.249 acionamentos de recursos, destacando-se:

- **94.543** acionamentos de viaturas de inspeção tráfego;
- **37.978** acionamentos de Ambulância/Resgate;
- **216.436** acionamentos de guinchos leves e pesados;
- **48.292** acionamentos diversos (caminhões-pipa, apreensão de animais, Munck e outros).

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de câmeras de TV interligadas, por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), aliado ao 0800 (Disque CCR NovaDutra - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência instalado a cada quilômetro da rodovia e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Rodoviária Federal, da ANTT, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente na rodovia.

5. Política Ambiental

A CCR NovaDutra está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR NovaDutra tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras, além de contratar uma consultoria especializada para definição dos procedimentos e política ambiental.

Foi lançado durante a Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), o projeto Estrada Sustentável. O projeto tem como objetivo tornar a Via Dutra referência de Desenvolvimento Sustentável para as estradas brasileiras.

6. Responsabilidade Social

Estrada para a Saúde

O Programa Estrada para a Saúde é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde.

Este programa leva para rodovia: médicos, enfermeiros e estudantes de saúde para oferecer exames gratuitos aos caminhoneiros em postos de serviços.

Em 2012, mais de 3 mil motoristas profissionais receberam doses de vacinas, entre elas hepatite B, dupla viral, dupla adulto, tríplice viral, anti-tetânica e febre amarela.

Estrada para a Saúde - Motos

O Programa Estrada para a Saúde – Motos tem como objetivo conscientizar as questões de segurança envolvendo a utilização de motocicletas, oferecendo gratuitamente *check up* em sua moto e exames básicos de saúde, como exames de colesterol, de diabetes e aferição de pressão.

Em 2012, foram realizados mais de 750 atendimentos em 04 eventos realizados em 04 cidades ao longo da Via Dutra.

Estrada para a Saúde - Carros

O Programa Estrada para a Saúde – Carros consiste em convidar o motorista de veículo de passeio a fazer a inspeção ambiental veicular em seu carro e também fazer exames básicos de saúde, como exame de colesterol, exame de diabetes e aferição de pressão arterial.

Em 2012, foram realizados mais de 290 atendimentos em 04 eventos realizados em feriados prolongados.

Estrada para a Saúde - Empresas

O Programa Estrada para a Saúde – Empresas tem como objetivo a diminuição de acidentes na rodovia, através de um trabalho de conscientização junto ao caminhoneiro, dentro das empresas, destacando a importância de se valorizar aspectos significativos de sua rotina diária, tais como: cuidados com a saúde, hábitos diários saudáveis e manutenção do veículo.

No ano de 2012 foram realizados 03 eventos em empresas como: (Gerdau - São José dos Campos, Nestlé - Caçapava e Fibria - Jacareí.). Foram realizados mais de 210 atendimentos.

Trailer Odontológico

A CCR NovaDutra mantém um consultório dentário completo à bordo de um trailer, que hoje, fica estacionado em um posto de serviços, em Roseira (SP).

O Projeto promove o atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros, inculcando as práticas de higiene bucal com o objetivo de reduzir os níveis atuais de cáries e doenças periodontais, bem como a ampliação do acesso desses profissionais ao tratamento.

Em 2012, mais de 3.590 motoristas profissionais foram atendidos pelo projeto.

Cine Tela Brasil (Lei Rouanet)

O Cine Tela Brasil consiste em uma grande tenda de 13m x 15m, onde são instaladas 225 cadeiras, equipamento profissional de projeção 35mm (cinemascope), som *st stéreo*(sistema de som que utiliza de dois canais monaurais), e ar condicionado de última geração. Toda a estrutura é montada e desmontada a cada visita, sendo transportada por um caminhão, que durante as sessões transforma-se em sala de projeção.

Em 2012, o projeto atendeu 11.465 pessoas no eixo da Rodovia Dutra que assistiram gratuitamente filmes nacionais da mais alta qualidade.

Música nas Escolas de Barra Mansa (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra apoia ainda o projeto Música nas Escolas, na cidade Barra Mansa, que oferece educação musical a crianças e adolescentes. O projeto mantém, entre outros, uma Orquestra Sinfônica e uma Banda Marcial, reconhecidas nacionalmente.

A proposta de oferecer teoria e prática musicais de qualidade deu tão certo que, hoje, caracteriza-se numa verdadeira revolução que já envolve 22.300 jovens e está formando uma nova geração de músicos e espectadores qualificados.

Projeto Buzum (Lei Rouanet)

Trata-se de um teatro itinerante que leva a magia dos bonecos para as crianças de ensino fundamental, através de um ônibus com espaço lúdico com todo equipamento teatral: platéia, palco, iluminação, sonorização e ar condicionado, com capacidade de receber até 55 espectadores por sessão.

Em 2012 o projeto atendeu mais de 9.100 crianças.

Equipe Joseense de Rali 2012 (Fundo de Apoio ao Desporto Não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

A CCR NovaDutra integra o grupo de patrocinadores da Equipe Petrobrás Lubrax de Rali. O incentivo visa à formação e aprimoramento técnico-esportivo de atletas para representar o município em competições nacionais e/ou internacionais na modalidade de Rali e promove palestras sobre segurança em escolas públicas de São José dos Campos.

No ano de 2012 o projeto beneficiou mais de 2 mil pessoas.

Rugby Social (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José dos Campos)

O projeto visa promover a inclusão social através do Rugby para 170 jovens de áreas de maior vulnerabilidade. Além da prática do esporte, o projeto oferece alimentação, transporte e acompanhamento psicológico. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2008.

São José Rugby

O projeto visa desenvolver atletas de alto rendimento para representar a cidade em diversas competições. Em 2012, a equipe conquistou o Oito Campeonato Brasileiro e ainda, abasteceu a Seleção Brasileira de *Rugby* com diversos atletas. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2012.

Atleta Cidadão

Idealizado pela Prefeitura de São José dos Campos, o projeto promove a inclusão social através do esporte, beneficiando 1.175 crianças e jovens, de 13 modalidades, em 72 categorias. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2011.

Handebol em Ação (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

A CCR NovaDutra patrocina ainda a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Jacareí. O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em várias idades.

O projeto beneficiou em 2012 mais de 140 atletas.

Formação de Equipes de Tênis de Mesa (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Tênis de Mesa também tem como objetivo a inclusão social e formação de atletas de alto rendimento. Em 2011, a equipe conquistou vários títulos, entre eles o campeonato brasileiro, jogos regionais e abertos do interior, considerados os mais importantes da região.

Em 2012 o projeto atendeu mais de 115 jovens atletas.

Vôlei de Jacareí

O projeto tem por objetivo formar e manter equipes nas categorias masculina e feminina, objetivando obter resultados expressivos e relevantes para o município de Jacareí (SP).

No ano de 2012 foram atendidos diretamente pelo projeto 80 atletas.

Rugby de Jacareí

Este projeto tem por finalidade desenvolver e estruturar a modalidade *rugby* no município, representando Jacareí e buscando resultados expressivos em competições regionais, estaduais e nacionais. Divulgar a modalidade nas escolas municipais em formato de clínicas, com momentos práticos e teóricos, apresentando o *rugby* aos alunos e convidando os interessados para participarem dos treinamentos, que são gratuitos. Formar atletas em condições de serem selecionados para as diferentes categorias das seleções paulista e brasileira. Utilizar os valores agregados ao esporte na formação individual e coletiva dos participantes deste projeto. Formar estagiários de educação física em educadores, para poderem atuar como treinadores e árbitros de *rugby*.

Em 2012 foram atendidos 170 atletas.

Projeto Conexões (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de São José dos Campos)

O grupo Síndrome do Hip Hop, vem transmitir, conscientizar e quebrar as barreiras do preconceito através da dança, com o espetáculo Conexões. Os artistas se apresentaram em diversos locais, como teatro e praças. A CCR NovaDutra apoia o projeto desde 2010.

Circuito das Artes de Jacareí (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

Através de um caminhão baú, o projeto exhibe os curtas-metragens, peças teatrais, além de apresentações musicais em espaços públicos, que ajudam a democratizar o acesso à produção audiovisual brasileira. A expectativa é atender 12 mil pessoas, ao final do projeto.

Grandes Mestres de Jacareí (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

O projeto visa realizar um documentário para registrar o patrimônio histórico e material de Jacareí, enfatizando a importância dos Mestres do Vale do Paraíba, por meio da produção videográfica, mostrando essa tradição centenária e buscando a relação do ser humano com sua origem.

Ópera Caipira (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

Através de uma Ópera Caipira, o projeto valoriza as manifestações culturais presentes no Município de Jacareí, visando a preservação deste Patrimônio Imaterial do Vale do Paraíba.

Se Essa Rua Fosse Minha (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

Por meio de apresentações teatrais, o projeto conta as histórias das principais e mais antigas ruas de Jacareí, a partir de depoimentos e dados históricos resgatados através dos moradores. Mais de 2 mil pessoas já assistiram ao espetáculo.

Arraiá no Parque (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Resende)

Em comemoração aos 164 anos da elevação de Resende de Vila à categoria de cidade, o município festejou a data com a realização do “Arraia do Parque”, que contou com várias atrações musicais do cenário nacional, além de gincanas culturais e apresentações folclóricas. A festa contou com o público de 70 mil pessoas.

Aniversário de Resende – Exapicor (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Resende)

Em comemoração ao aniversário de Resende, o município festejou a data com a realização do “EXAPICOR FAMÍLIA”, que contou com várias atrações culturais e shows musicais do cenário regional e nacional. A festa beneficiou mais de 400 mil pessoas.

Criando uma Opção (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de Resende)

O projeto consiste em propiciar um curso que possa habilitar professores de educação física e monitores de *rugby* a receberem homologação como técnicos de *rugby* em nome da entidade máxima do *rugby* do esporte (International Rugby Board) através da CBRu (Confederação Brasileira de Rugby). Esse curso habilita qualquer participante a iniciar treinamentos de rugby olímpico e *rugby union* para divisões de base. Esse projeto será direcionado para profissionais da rede pública de ensino do município de Resende, para que o *rugby* olímpico seja difundido dentro das escolas.

Em 2012 o projeto beneficiou 48 profissionais.

Nosso Rugby (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de Resende)

O Projeto consiste em criar uma infraestrutura básica para o desenvolvimento do *rugby* resendense contando com o apoio da Prefeitura Municipal de Resende e da iniciativa privada. Com esse projeto, a cidade de Resende apoiará aos times masculino e feminino e reafirmará o município de Resende no mapa do Rugby Fluminense com uma competição que vai entrar no calendário da Federação Fluminense. Este projeto custeia a participação do Resende Masculino na Série B do campeonato Fluminense, incentiva uma série preparatória de 4 jogos femininos de preparação para a competição no final do ano e traz uma competição nos moldes da Federação Fluminense de *rugby* para compor o calendário estadual.

O projeto beneficiou 65 atletas.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), os alunos contemplados pelo Programa Estrada para a Cidadania distribuíram 500 mudas de árvores e plantas ornamentais aos usuários da Via Dutra. O evento contou com a parceria do Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba (Ceavap), da Polícia Rodoviária Federal e apoio da Secretaria Municipal de Educação de Roseira.

Viveiro de Mudanças

A CCR NovaDutra mantém um viveiro de mudas de árvores nativas da mata atlântica na cidade de Roseira - SP. Este projeto também contempla a recuperação de duas áreas de nascente às margens da rodovia e visitas de escolas ao viveiro.

A ação conta com o apoio do CEAVAL – Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba, entidade mantenedora da Faculdade de Roseira-SP.

A proposta do projeto é produzir mudas de árvores de espécies remanescentes da mata atlântica.

Distribuição de Mudanças no Dia da Árvore

Em 2012, a CCR NovaDutra em parceria com o SOS Mata Atlântica distribuíram nas praças de pedágios 15.000 mudas em alusão ao Dia da Árvore.

Projeto Socioambiental Sacolona

Projeto socioambiental que transforma lonas de comunicação rodoviária em sacolas, bolsas e estojos, diminuindo o descarte desta matéria - prima nos lixões, além de gerar trabalho e renda para costureiras envolvidas no projeto.

7. Dividendos

Em 2012, com a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária a CCR NovaDutra distribuiu dividendos em outubro. O total de dividendos distribuídos foi de R\$ 202.162 mil.

8. Reconhecimentos

Em pesquisa realizada pela ANTC (Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística), a CCR NovaDutra foi contemplada com o prêmio de 11^a. Melhor Rodovia do país, melhorando 14 posições com relação ao ano anterior.

A CCR NovaDutra foi contemplada com o Troféu Brasil *Rugby* na modalidade Empresa Incentivadora do *Rugby* (categorias de base).

9. Agradecimentos

Neste ano de 2012, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à Agência Nacional de Transportes Terrestres, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

10. Considerações finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

11. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Santa Isabel, 27 de Fevereiro de 2013.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
Santa Isabel- SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa 3, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

		(Reapresentado)					(Reapresentado)		
		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011			31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Ativo					Passivo				
	Nota					Nota			
Circulante					Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa	6	41.503	22.527	17.695	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	1.982	2.343	
Contas a receber	7	13.526	11.605	11.487	Debêntures e notas promissórias	14	265.918	212.084	
Contas a receber - partes relacionadas	9	57.855	53.791	46.869	Fornecedores	12	61.128	62.102	
Impostos a recuperar		774	698	585	Fornecedores - partes relacionadas	9	31.160	33.584	
Despesas antecipadas		694	5.045	1.375	Impostos e contribuições a recolher	15a	24.675	22.298	
Outros créditos		2.537	274	5.114	Obrigações sociais e trabalhistas		6.679	5.090	
Total do ativo circulante		116.889	93.940	83.125	Impostos e contribuições parcelados	15b	3.939	3.811	
					Provisão de manutenção	18	54.667	97.303	
					Outras contas a pagar		8.963	8.462	
Não circulante					Total do passivo circulante		459.111	447.077	
Realizável a longo prazo					Não circulante				
Ativo fiscal diferido	8b	-	4.593	6.194	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	1.883	2.399	
Crédito com partes relacionadas	9	83	-	-	Debêntures	13	518.671	427.484	
Depósitos judiciais		1.504	1.506	1.589	Impostos e contribuições parcelados	15b	23.306	25.493	
		1.587	6.099	7.783	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	9.779	10.536	
Imobilizado	10	82.049	79.943	85.682	Passivo fiscal diferido	8b	1.453	-	
Intangível	11	1.359.993	1.249.068	1.060.657	Provisão de manutenção	18	99.562	96.873	
Total do ativo não circulante		1.443.629	1.335.110	1.154.122	Total do passivo não circulante		654.654	562.785	
					Patrimônio líquido				
					Capital social	19a	314.223	257.911	
					Reservas de lucros	19b	132.530	161.277	
Total do ativo		1.560.518	1.429.050	1.237.247	Total do patrimônio líquido		446.753	419.188	
					Total do passivo e patrimônio líquido		1.560.518	1.429.050	
								1.237.247	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	20	1.176.573	1.179.631
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(189.532)	(247.728)
Provisão de manutenção	18	(55.496)	(49.357)
Depreciação e amortização		(112.035)	(89.655)
Custos com obrigações poder concedente		(21.067)	(12.353)
Serviços		(280.327)	(296.436)
Custo com pessoal		(10.108)	(7.532)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.709)	(5.200)
Outros		(7.580)	(9.979)
		<u>(679.854)</u>	<u>(718.240)</u>
Lucro bruto		496.719	461.391
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(11.103)	(11.939)
Serviços		(64.533)	(48.150)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.151)	(1.069)
Depreciação e amortização		(2.047)	(1.637)
Outros		(17.800)	(20.283)
Outras receitas (despesas) operacionais		929	(8.961)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras e impostos		<u>401.014</u>	<u>369.352</u>
Despesas financeiras	21	(69.324)	(82.589)
Receitas financeiras	21	5.452	3.178
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		337.142	289.941
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8a	(101.367)	(97.202)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	(6.048)	(1.601)
Lucro líquido do exercício		<u>229.727</u>	<u>191.138</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)			
Ordinárias	19d	1,70	1,41
Preferenciais	19d	1,87	1,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>(não auditado)</u> <u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	<u>229.727</u>	<u>191.138</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>229.727</u></u>	<u><u>191.138</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2011		257.911	6.561	4.895	82.299	-	351.666
Distribuição de dividendos	19c	-	-	-	(20.603)	-	(20.603)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	191.138	191.138
Destinações:							
Reserva legal	19b	-	9.557	-	-	(9.557)	-
Reserva estatutária	19b	-	-	956	-	(956)	-
Reserva de retenção de lucros	19b	-	-	-	139.308	(139.308)	-
Distribuição de dividendos em 16 de dezembro de 2011	19c	-	-	-	(61.696)	(41.317)	(103.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		257.911	16.118	5.851	139.308	-	419.188
Aumento de capital em 16 de abril de 2012	19a	56.312	(16.118)	-	(40.194)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	229.727	229.727
Destinações:							
Reserva legal	19b	-	11.486	-	-	(11.486)	-
Reserva estatutária	19b	-	-	1.149	-	(1.149)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de outubro de 2012	19c	-	-	-	(99.114)	(103.048)	(202.162)
Reserva de retenção de lucros	19b	-	-	-	114.044	(114.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		314.223	11.486	7.000	114.044	-	446.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	229.727	191.138
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.048	1.601
Depreciação e amortização	114.082	91.292
Baixa do ativo imobilizado	338	9.501
Baixa do ativo intangível	-	2
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	61.078	67.559
Capitalização de custo de empréstimos	(20.639)	(20.526)
Juros sobre impostos parcelados	1.947	2.338
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(92)	(302)
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(757)	6.219
Constituição da provisão de manutenção	55.496	49.357
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	24.568	31.276
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	(1.829)	184
Contas a receber - partes relacionadas	(4.147)	(6.922)
Impostos a recuperar	(76)	(113)
Despesas antecipadas	4.351	(3.670)
Outras contas a receber	(2.263)	4.923
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(974)	23.718
Fornecedores - partes relacionadas	25.297	(27.853)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.589	1.012
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social	97.050	(2.613)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(98.679)	
Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	(3.299)
Realização de provisão de manutenção	(120.011)	(122.938)
Outras contas a pagar	501	187
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>372.605</u>	<u>292.071</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(17.587)	(14.740)
Aquisição de ativo intangível	(216.946)	(215.070)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(234.533)</u>	<u>(229.810)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(202.162)	(123.616)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:		
Captações	702.955	148.241
Pagamentos de principal	(553.881)	(19.484)
Pagamento de juros	(66.008)	(62.570)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(119.096)</u>	<u>(57.429)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>18.976</u>	<u>4.832</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	22.527	17.695
No final do exercício	41.503	22.527
	<u>18.976</u>	<u>4.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receitas			
Receita de pedágio	20	1.050.626	993.056
Receita de construção	20	189.532	247.728
Outras receitas	20	30.166	26.707
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(189.532)	(247.728)
Provisão de manutenção	18	(55.496)	(49.357)
Custos dos serviços prestados		(311.233)	(332.459)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(83.245)	(68.589)
Reversão da provisão para devedores duvidosos		92	302
Valor adicionado bruto		630.910	569.660
Depreciação e amortização		(114.082)	(91.292)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		516.828	478.368
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	5.452	3.178
Valor adicionado total a distribuir		522.280	481.546
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		16.036	14.756
Benefícios		1.749	1.686
FGTS		719	529
Outras		150	34
Tributos			
Federais		150.838	140.218
Estaduais		281	248
Municipais		54.074	51.072
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		68.173	81.032
Aluguéis		533	833
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	19	103.048	41.317
Lucros retidos do exercício	19	126.679	149.821
		522.280	481.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Constituição e objeto

A Concessionária de Rodovias Presidente Dutra (Companhia) tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 1º de março de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, compreendendo 402,2 km, mediante cobrança de pedágio. No exercício não ocorreram mudanças no contexto operacional.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e, parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2013;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997,
- Implantação da nova pista de subida da Serra das Araras, com cronograma a ser definido pelo Poder Concedente.

Bens reversíveis

No final do exercício de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelos contratos de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados, e cuja implementação tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação de sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Esta taxa considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- *Reconhecimento e mensuração*

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- *Depreciação*

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº. 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, que é calculada de acordo com a vida útil estimada.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “p”.

h) Ativos arrendados

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 17a.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº. 17b.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros

k) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

l) Benefícios a empregados

- *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração do imposto de renda e contribuição social.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

p) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) Demonstrações de valor adicionado

Foram elaboradas as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

r) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

(a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010;

(b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;

(c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011; e

(d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012.

Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente a IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 27 de fevereiro de 2013 foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Reclassificação

No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos as seguintes reclassificações:

	31/12/2011		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativos			
Ativo circulante	93.940	-	93.940
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	129.506	(124.913) (a)	4.593
Total do Ativo não circulante	1.460.023	(124.913)	1.335.110
Total do Ativo	1.553.963	(124.913)	1.429.050
Passivo			
Passivo circulante	447.077	-	447.077
Passivo não circulante			
Passivo fiscal diferido	124.913	(124.913) (a)	-
Total do Passivo não circulante	687.698	(124.913)	562.785
Patrimônio Líquido	419.188	-	419.188
Total do Passivo	1.553.963	(124.913)	1.429.050

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2011		
	(Emitido anteriormente)	(Reclassificações)	(Reapresentado)
Ativos			
Ativo circulante	83.125	-	83.125
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	120.074	(113.880) (a)	6.194
Total do Ativo não circulante	1.268.002	(113.880)	1.154.122
Total do Ativo	1.351.127	(113.880)	1.237.247
Passivo			
Passivo circulante	211.541	-	211.541
Passivo não circulante			
Passivo fiscal diferido	113.880	(113.880) (a)	-
Total do Passivo não circulante	787.920	(113.880)	674.040
Patrimônio Líquido	351.666	-	351.666
Total do Passivo	1.351.127	(113.880)	1.237.247

- (a) Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte material reconhecido no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e, em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às práticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.
- Nota 7 – Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 8b – Impostos diferidos;
- Nota 10 – Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 11 – Amortização do ativo intangível;
- Nota 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e previdenciários;
- Nota 17 – Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 18 – Provisão de manutenção;
- Nota 22 – Instrumentos financeiros.

4 Determinação dos valores justos

Diversas práticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Investimentos títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito;
- b. Risco de taxas de juros e inflação;
- c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota – se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Como mitigador desse tipo de risco, busca - se realizar parte das captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do IGP-M relativo às debêntures, (2) do CDI para empréstimos de capital de giro (3) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 12 e 13.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos e arrendamentos mercantis	1.982	1.021	418	280	163
Debêntures e notas promissórias (*)	265.918	259.420	259.760	-	-

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	4.588	2.474
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>36.915</u>	<u>20.053</u>
	<u>41.503</u>	<u>22.527</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,03% do CDI, equivalente a 8,31% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7 Contas a receber

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	8.771	6.595
Cartão de crédito visa (b)	1.062	1.062
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>3.761</u>	<u>4.108</u>
	13.594	11.765
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(68)</u>	<u>(160)</u>
	<u>13.526</u>	<u>11.605</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes, basicamente, de operações com cartões de crédito e vale pedágio;
- (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PDD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias, baseado no histórico de perda da Companhia.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por data de vencimento:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Crédito a vencer	13.115	11.166
Créditos vencidos até 60 dias	410	436
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	6
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	3	8
Créditos vencidos há mais de 361 dias	65	146
	<u>13.594</u>	<u>11.765</u>

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	337.142	289.941
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(114.628)	(98.580)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.937	2.355
Despesas com brindes e associações de classe	(1.275)	(776)
Outros ajustes tributários	(830)	(896)
Despesas indedutíveis	(49)	(123)
Incentivos Fiscais não dedutíveis	-	(783)
Efeitos tributários da compensação de prejuízos fiscais e base negativa (*)	6.430	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(107.415)</u>	<u>(98.803)</u>
Impostos correntes	(101.367)	(97.202)
Impostos diferidos	(6.048)	(1.601)
	<u>(107.415)</u>	<u>(98.803)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>32%</u>	<u>34%</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Acerto refere-se a crédito tributário relativo ao exercício de 1996, em fase pré-operacional e no momento do início de atividades, foram reconhecidas as despesas no resultado e glosadas pelo fisco em segurança. A companhia recorreu, porém perdeu e com o benefício da Lei nº. 11.941, a Companhia liquidou os débitos questionados pela Receita Federal do Brasil. Por conta da amortização das despesas em 1996, a Companhia retroagiu e está aproveitando integralmente esta despesa por conta da decadência do prazo de amortização

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A realização dos ativos fiscais diferidos é analisada anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Bases ativas			
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (a)	58.718	23.726	3.580
Constituição da provisão de manutenção (b)	52.437	66.020	80.404
Depreciação de obras lançadas no custo (c)	17.014	35.526	29.811
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, previdenciários e cíveis	3.325	3.582	2.590
Depreciação e juros sobre leasing	922	-	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	349	383	449
Custo da transação na emissão de títulos	147	92	7
Provisão para perda de investimentos	123	123	123
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23	54	156
Parcelamento de impostos - não homologado	-	-	2.798
Outros	-	-	156
	133.058	129.506	120.074
Bases passivas			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(111.303)	(108.659)	(110.384)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(21.758)	(16.037)	(3.352)
Pagamentos de juros e principal arrendamento mercantil	(1.450)	(217)	(144)
	(134.511)	(124.913)	(113.880)
Ativo Diferido Líquido	-	4.593	6.194
Passivo Diferido Líquido	(1.453)	-	-

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (b) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “c” conforme práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (c) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº. 11.638/07;
- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis - Lei nº. 11.638/07.

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	Serviços prestados	Receita	Imobilizado/ Intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. (a)	24.968	-	-	-	2.017
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	25.541	-	-	-	2.015
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.(c)	-	-	27.721	-	1.680
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (d)	241.532	-	-	-	24.553
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (e)	-	-	-	56.958	-
SAMM (f)	-	331	-	85	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2012	-	-	-	56.958	30.265
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012	-	-	-	85	-
Total, 31 de dezembro de 2012	292.041	331	27.721	57.043	30.265
Total circulante, 31 de dezembro de 2011	294.812	-	33.132	53.791	33.584
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-

Na AGO realizada em 13 de abril de 2012, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, a qual não inclui os encargos sociais.

O quadro abaixo demonstra os saldos a pagar aos profissionais chave:

Remuneração dos administradores (g)	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	3.992	2.280

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras da Rodovia;
- (d) Prestador exclusivo de serviços de operação e manutenção da Rodovia;
- (e) Valores de tarifa de pedágio cobrada de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (f) Refere-se a serviços de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras ópticas; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.152	1.155
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	2.668	2.862
Previdência privada	127	126
Seguro de vida	5	4
	<u>3.952</u>	<u>4.147</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	5.033	(2.544)	2.489	4.184	(2.190)	1.994
Máquinas e equipamentos	14	28.529	(13.500)	15.029	22.808	(11.114)	11.694
Veículos	20	22.946	(16.284)	6.662	22.017	(14.422)	7.595
Instalações e edificações	10	1.586	(1.580)	6	1.586	(1.579)	7
Sistemas operacionais	11	90.533	(51.347)	39.186	84.971	(43.388)	41.583
Imobilizações em andamento	-	18.677	-	18.677	17.070	-	17.070
		<u>167.304</u>	<u>(85.255)</u>	<u>82.049</u>	<u>152.636</u>	<u>(72.693)</u>	<u>79.943</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 44.475 (R\$ 29.764 em 31 de dezembro de 2011).

Movimentação do custo

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.184	-	(5)	854	5.033
Máquinas e equipamentos	22.808	-	(349)	6.070	28.529
Veículos	22.017	-	(374)	1.303	22.946
Instalações e edificações	1.586	-	-	-	1.586
Sistemas operacionais	84.971	-	(3)	5.565	90.533
Imobilizações em andamento	17.070	18.955	(64)	(17.284)	18.677
	<u>152.636</u>	<u>18.955</u>	<u>(795)</u>	<u>(3.492)</u>	<u>167.304</u>

	2010		2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.644	-	(211)	751	4.184
Máquinas e equipamentos	17.618	7	(340)	5.523	22.808
Veículos	20.170	-	(900)	2.747	22.017
Instalações e edificações	1.558	-	-	28	1.586
Sistemas operacionais	100.956	-	(40.320)	24.335	84.971
Imobilizações em andamento	35.336	17.127	(76)	(35.317)	17.070
	<u>179.282</u>	<u>17.134</u>	<u>(41.847)</u>	<u>(1.933)</u>	<u>152.636</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 1.368 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.394 em 31 de dezembro de 2011).

Movimentação da depreciação

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.190)	(357)	3	-	(2.544)
Máquinas e equipamentos	(11.114)	(2.549)	166	(3)	(13.500)
Veículos	(14.422)	(2.147)	285	-	(16.284)
Instalações e edificações	(1.579)	(1)	-	-	(1.580)
Sistemas operacionais	(43.388)	(7.965)	3	3	(51.347)
	<u>(72.693)</u>	<u>(13.019)</u>	<u>457</u>	<u>-</u>	<u>(85.255)</u>
	2010		2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.073)	(266)	165	(16)	(2.190)
Máquinas e equipamentos	(9.671)	(1.747)	304	-	(11.114)
Veículos	(12.415)	(2.822)	815	-	(14.422)
Instalações e edificações	(1.559)	(20)	-	-	(1.579)
Sistemas operacionais	(67.882)	(6.584)	31.062	16	(43.388)
	<u>(93.600)</u>	<u>(11.439)</u>	<u>32.346</u>	<u>-</u>	<u>(72.693)</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Ativo intangível

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia avaliou os valores recuperáveis de seus ativos, que são substancialmente oriundos de direito de concessão com prazo definido, com vistas a monitorar a existência de indicativos de perda de valor recuperável, sendo que não foram encontrados indícios que levassem ao entendimento de perdas em tais valores.

Para avaliação e determinação do valor em uso dos respectivos ativos intangíveis, a Companhia utilizou premissas chaves relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada ativo.

	Taxa anual de amortização %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (c)	(a)	1.924.986	(571.275)	1.353.711	1.716.251	(472.059)	1.244.192
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	9.420	(5.855)	3.565	6.275	(5.135)	1.140
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	17	5.774	(3.057)	2.717	5.666	(1.930)	3.736
		<u>1.940.180</u>	<u>(580.187)</u>	<u>1.359.993</u>	<u>1.728.192</u>	<u>(479.124)</u>	<u>1.249.068</u>

Movimentação do custo

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (b)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura (c)	1.716.251	208.496	-	239	1.924.986
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.275	-	-	3.145	9.420
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.666	-	-	108	5.774
	<u>1.728.192</u>	<u>208.496</u>	<u>-</u>	<u>3.492</u>	<u>1.940.180</u>

	2010		2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (b)	Custo
Direitos de exploração da infraestrutura (c)	1.451.035	266.334	(2)	(1.116)	1.716.251
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.667	-	-	608	6.275
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	3.225	-	-	2.441	5.666
	<u>1.459.927</u>	<u>266.334</u>	<u>(2)</u>	<u>1.933</u>	<u>1.728.192</u>

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

(b) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 19.271 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 18.132 em 31 de dezembro de 2011). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 1,25% ao mês durante o exercício de 2012 (em média, de 0,78% ao mês durante o exercício de 2011).

Movimentação da amortização

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(472.059)	(99.216)	(571.275)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(5.135)	(720)	(5.855)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.930)	(1.127)	(3.057)
	<u>(479.124)</u>	<u>(101.063)</u>	<u>(580.187)</u>

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(393.388)	(78.671)	(472.059)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.647)	(488)	(5.135)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.235)	(695)	(1.930)
	<u>(399.270)</u>	<u>(79.854)</u>	<u>(479.124)</u>

(c) Do montante de R\$ 1.353.711 em 31 de dezembro de 2012, R\$ 290.056 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

1. Implantação de marginal do km 170,4 ao km 176 Pista Norte (RJ);
2. Implantação de marginal em Guarulhos km 216 ao km 222 (SP);
3. Implantação de marginal do km 173,7 ao km 176 Pista Sul (RJ);
4. Ponte Rio – São Gonçalo km 64,37 Pista Sul (SP);
5. Implantação de faixas adicionais e acessos;
6. Ponte Rio Pirai km 237,23 Pista Sul (RJ);
7. Implantação Passarela km 301,9 (RJ);e
8. Restauração da balança de Paracambi.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Fornecedores

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	46.148	44.783
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	551	293
Cauções e retenções contratuais (b)	14.429	17.026
	<u>61.128</u>	<u>62.102</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13 Financiamentos e arrendamento mercantil

Instituições Financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Vencimento final	<u>2012</u>	<u>2011</u>	
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	TJLP + 3,0 % a.a.	Mai de 2012	-	164	(a)
HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7 % a.a.	Outubro de 2013	91	200	(a)
Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 1,0 % a.a.	Julho de 2015	606	841	(a)
1. Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 5,5 % a.a.	Julho de 2017	1.275	-	(a)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 1,5 % a.a.	Julho de 2015	765	2.252	(a)
Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,23 % a.a.	Julho de 2015	276	422	(a)
Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,14 % a.a.	Julho de 2015	852	863	(a)
Total			<u>3.865</u>	<u>4.742</u>	
Total circulante			1.982	2.343	
Total não circulante			1.883	2.399	

Garantias

(a) Bens financiados

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012
2014	1.021
2015	418
2016	280
2017	164
Total	<u>1.883</u>

A seguir, especificamos as principais condições, garantias vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo as indexações do quadro acima. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (1) Em outubro de 2012, foram contratados novos Finames junto ao Banco Alfa até julho de 2017 com taxa remuneratória fixa de 5,50% a.a, no montante total de R\$ 1.275 mil, destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

14 Debêntures e notas promissórias

	Taxas Contratuais	Custo Efetivo (%a.a.)	Saldo de custos de transação a apropriar em 2012	Vencimento Final	2012	2011
1. Debêntures Série 1	110,50% do CDI	0,1648% (a)	670	Setembro de 2015	259.724	304.877 (b)
1. Debêntures Série 2	112,50% do CDI	0,1648% (a)	446	Setembro de 2015	173.189	203.325 (c)
2. HSBC - Cetip (Notas promissórias)	106,80% do CDI	0,0100% (a)	-	Novembro 2012	-	131.366 (c)
3. Debêntures Série Única	105,60% do CDI	0,0100% (a)	-	Novembro 2015	351.676	- (c)
Total			1.116		784.589	639.568
Debêntures e notas promissórias					266.524	212.897
Custo da transação					(606)	(813)
Total circulante					<u>265.918</u>	<u>212.084</u>
Debêntures					519.180	428.600
Custo da transação					(509)	(1.116)
Total não circulante					<u>518.671</u>	<u>427.484</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas às futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a influência do prazo de cada transação.

(b) Garantia flutuante.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2012</u>
2014	259.420
2015	<u>259.760</u>
Total	<u>519.180</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures e nota promissória. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 1º de outubro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, no total de 500.000, divididas em duas séries, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos e valor nominal total de emissão de R\$ 500.000, podendo ser totalmente resgatadas a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

As debêntures da 1ª série, no total de 300.000, têm valor nominal total de R\$ 300.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

As debêntures da 2ª série, no total de 200.000, são subordinadas e tem valor nominal total de R\$ 200.000. Os pagamentos dos juros são semestrais, entre 15 de setembro de 2011 e de 2015. A amortização do principal será realizada em parcelas anuais, entre 15 de setembro de 2012 e de 2015.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo legal caso, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja menor ou igual a 1,2 e/ou o resultado da divisão Dívida líquida/EBITDA, seja maior ou igual a 4;
- Redução do capital social da emissora após a data de emissão das debêntures, para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

2. As notas promissórias foram resgatadas antecipadamente no dia 28 de dezembro de 2012.

3. Em 05 de dezembro de 2012, foram emitidas 35.000 debêntures simples, da 3ª emissão, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, sob regime de garantia firme, em série única, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R\$ 350.000.

A amortização do principal e os juros serão pagos em parcelas semestrais, entre 5 de junho de 2013 e 5 de dezembro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela companhia, em valor superior ao mínimo legal, caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) seja inferior a 1,20 ou o resultado da divisão dívida líquida/EBITDA, superior a 4.
- Redução do capital social da companhia após a data de emissão para um valor inferior a R\$ 100.000, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

15 Obrigações fiscais

- **Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher**

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ e CSLL	9.903	8.839
ISS a recolher	7.818	6.913
PIS e COFINS	3.575	3.432
PIS, COFINS e CSLL retidos	1.616	1.451
INSS	1.662	1.506
Outros	101	157
	<u>24.675</u>	<u>22.298</u>

• Impostos e contribuições parcelados

	<u>2011</u>		<u>2012</u>		
	Saldo Inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Parcelamento Lei nº. 11.941/09 (1)					
Circulante	3.811	761	(4.006)	3.373	3.939
Não Circulante	25.493	1.186	-	(3.373)	23.306
Total	<u>29.304</u>	<u>1.947</u>	<u>(4.006)</u>	<u>-</u>	<u>27.245</u>

(1) Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011 para pagamento em até 120 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

16 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação dos processos

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não circulante	2011	2012	
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Total
Cíveis	10.472	(827)	9.645
Trabalhistas	64	70	134
Total	10.536	(757)	9.779

Não circulante	2010	2011	
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Total
Cíveis	7.519	2.953	10.472
Trabalhistas	97	(33)	64
Total	7.616	2.920	10.536

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2012	2011
Cíveis e administrativos	21.643	19.434
Trabalhistas e previdenciárias	153	1.418
Tributárias	6.199	3.614
	27.995	24.466

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 22.589 para os processos em andamento.

17 Arrendamento mercantil

a. Operacional

A Companhia não incorreu com despesas de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 628 em 31 de dezembro de 2011).

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 5.046 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	Taxa média anual de depreciação %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Veículos	20	5.046	(1.869)	3.177	3.944	(831)	3.113
		<u>5.046</u>	<u>(1.869)</u>	<u>3.177</u>	<u>3.944</u>	<u>(831)</u>	<u>3.113</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesas financeiras o montante de R\$ 339, e R\$ 931 relativos a despesas de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Até um ano	1.634	1.384	2.376	1.828
Acima de um ano e até cinco anos	598	509	2.675	1.708
	<u>2.232</u>	<u>1.893</u>	<u>5.051</u>	<u>3.536</u>

Os valores presentes foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Provisão de manutenção

	2011		2012			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante	97.303	47.230	22.647	(120.011)	7.498	54.667
Não circulante	96.873	8.266	1.921	-	(7.498)	99.562
	2010		2011			
Circulante	96.820	17.817	9.577	(122.938)	96.027	97.303
Não circulante	139.661	31.540	21.699	-	(96.027)	96.873

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os exercícios a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75%;
- Projetos com início de provisão em 2010: 12,34%;
- Projetos com início de provisão em 2011: 12,62%, e
- Projetos com início de provisão em 2012: 8,20%.

19 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Em 16 de abril de 2012, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 56.312, o qual é composto da seguinte forma: R\$ 16.118 mediante capitalização de Reserva legal, e R\$ 40.194 mediante capitalização de Reserva de retenção de lucros sem a emissão de ações, passando o capital social da Companhia de R\$ 257.911 para R\$ 314.223.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo CAD, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2013.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76) considerando como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado.

Em 25 de outubro de 2012, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu dividendos intermediários, no montante de R\$ 202.162, correspondente a R\$ 1,57 por ação, sendo R\$ 99.114 sobre a reserva de retenção de lucros do exercício de 2011, e R\$ 103.048 sobre os lucros apurados no exercício compreendido entre 1º de janeiro a 30 de junho de 2012.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	229.727
(-) Constituição de reserva legal	(11.486)
(-) Constituição de reserva estatutária	<u>(1.149)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>217.092</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	54.273
Dividendos intermediários pagos	103.048

d. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	229.727	191.138
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído	<u>128.766.186</u>	<u>128.766.186</u>
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	1,70	1,41
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,87	1,56

(Em milhares, exceto ações e dados por ação)

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Receitas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de pedágio	1.050.626	993.056
Receitas de contrato de construção	189.532	247.728
Receitas acessórias	30.166	27.009
Receita bruta	1.270.324	1.267.793
Impostos sobre receitas	(93.751)	(88.396)
Devoluções e abatimentos	-	234
Deduções da receita bruta	(93.751)	(88.162)
Receita líquida	1.176.573	1.179.631

21 Resultado Financeiro

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e notas promissórias	(61.078)	(67.559)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(24.568)	(31.276)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(1.947)	(2.373)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.370)	(1.907)
Capitalização de custos dos empréstimos	20.639	20.526
	<u>(69.324)</u>	<u>(82.589)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.900	3.144
Juros e outras receitas financeiras	1.552	34
	<u>5.452</u>	<u>3.178</u>
	<u>(63.872)</u>	<u>(79.411)</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Instrumentos financeiros

Política

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 342.222, substancialmente compostos por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº. 14. As debêntures e notas promissórias têm vencimentos previstos para os anos de 2013 a 2017. A reestruturação da dívida está em andamento, sendo que a Administração acredita que deve ocorrer o alongamento/substituição da dívida nos próximos meses.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2012			2011		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Aplicações financeiras	36.915	-	-	20.053	-	-
Contas a receber	-	13.526	-	-	11.605	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	57.043	-	-	53.791	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(1.972)	-	-	(1.205)
Debêntures	-	-	(784.589)	-	-	(639.568)
Arrendamento mercantil	-	-	(1.893)	-	-	(3.537)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(70.091)	-	-	(70.564)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(30.265)	-	-	(33.584)
Total	36.915	70.569	(888.810)	20.053	65.396	(748.458)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

- **Aplicações financeiras** – São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contas a receber, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Arrendamento mercantil, fornecedores, fornecedores partes relacionadas, e outras contas a pagar** – Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Financiamentos** – Consideram – se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Debêntures e Notas promissórias** – Mensurados ao custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	2012		2011	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Debêntures e notas promissórias	785.704	793.361	641.497	654.111

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2012	2011
Aplicações financeiras	36.915	20.053

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros para os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2012. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um exercício de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ (3)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	434.028	(33.597)	(42.036)	(50.492)
Debêntures	Aumento do CDI	Dezembro de 2015	351.675	(25.778)	(32.239)	(38.705)
				<u>(59.375)</u>	<u>(74.275)</u>	<u>(89.197)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
		CDI ⁽²⁾		6,90%	8,63%	10,35%

Abaixo estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se à taxa de 30/12/2012, divulgada pela CETIP;

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;

(3) Os valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

23 Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade civil – R\$ 15.000;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 20.000
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 131.956
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 55.000
- Perda de receita – R\$ 99.336
- Veículos: cobertura para danos materiais de R\$ 105.000 (R\$ 500 por veículos), sendo: R\$ 21.000 (R\$ 100 por veículo) para dano morais.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 36.315, cobrindo riscos das obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

24 Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os montantes reconhecidos como despesas nos exercícios de 2012 e 2011, relativos ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	515	346

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2012 esses compromissos estavam estimados em R\$ 617.018 (R\$ 707.829, em 31 de dezembro de 2011).

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

26 Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Ascendino da Silva Mendes	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
José Herzen Salgado Alves	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 18/04/2013.

Senhores Acionistas,

Considerando o interesse da Companhia, a Administração da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”) apresenta as seguintes recomendações em referência às matérias incluídas na ordem do dia da mencionada Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18/04/2013 (“AGO”):

1. CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012

A Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. (i) o Relatório da Administração; e (ii) as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório (parecer) dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Santa Isabel, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

2. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2012

Considerando as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, conforme Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, apresentamos a proposta para a destinação dos resultados da Companhia, a ser deliberada na AGO a ser realizada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei de Sociedades Anônimas”):

- Ao “Resultado do Exercício” da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 229.727.053,62 (duzentos e vinte e nove milhões, setecentos e vinte e sete mil, cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos), seja adicionada a “Reserva de Retenção de Lucros” resultante do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 99.114.636,31 (noventa e nove milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), totalizando-se o valor de R\$ 328.841.689,93 (trezentos e vinte e oito milhões, oitocentos e quarenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos), o qual terá a seguinte destinação:

(a) Distribuição de dividendos intermediários: Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, no montante total de R\$ 202.162.912,02 (duzentos e dois milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e doze reais e dois centavos), correspondentes a R\$ 1,57 (um real e cinquenta e sete centavos) por ação, sendo que (i) R\$ 103.048.275,71 (cento e três milhões, quarenta e oito mil e duzentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos) foram destinados à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 30 de junho de 2012; e (ii) R\$ 99.114.636,31 (noventa e nove milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos) foram destinados à conta do saldo da Reserva de Retenção de Lucros de 2012. Os dividendos supramencionados já foram distribuídos, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2012.

(b) Constituição de “Reserva Legal” no montante de R\$ 11.486.352,68 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais, e sessenta e oito centavos), conforme disposto pelo artigo 193, “caput”, da Lei 6.404/1976.

(c) Constituição de “Reserva Estatutária” no montante de R\$ 1.148.635,27 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos), conforme disposto pelo artigo 194 da Lei 6.404/1976 e parágrafo único do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia.

- Após as destinações acima, o saldo de “Reserva de Retenção de Lucros” da Companhia passará a ser de R\$ 114.043.789,96 (cento e quatorze milhões, quarenta e três mil, setecentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Santa Isabel, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2013

Nos termos do artigo 196 da Lei de Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em AGO, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2013, no valor de R\$ 261.153.650,62 (duzentos e sessenta e um milhões cento e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2013.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 261.153.650,62

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 261.153.650,62
---	--------------------

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2012	R\$ 114.043.789,96
--	--------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 147.109.860,66
--	--------------------

Santa Isabel, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

4. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Indicamos, para ocuparem os 06 (seis) cargos de membros efetivos do Conselho de Administração, a serem aprovados na AGO da Companhia, e exercerem as respectivas funções conforme mandato previsto em Estatuto Social, os Senhores:

	Nome	Nascimento e idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo ocupado	Data de eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato Previsto	Outros cargos funções ou na Companhia	Indicados pelos Controladores
1.	Renato Alves Vale	01/05/1948 64 anos	Engenheiro Civil	138.054.446-72	Presidente	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
2.	José Braz Cioffi	31/01/1961 52 anos	Engenheiro Civil	497.932.926-87	Vice-Presidente	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
3.	Italo Roppa	15/06/1954 58 anos	Engenheiro Civil	404.189.877-34	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
4.	Arthur Piotto Filho	12/06/1958 54 anos	Engenheiro Civil	826.027.518-04	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
5.	Leonardo Couto Vianna	30/05/1953 59 anos	Engenheiro	156.835.756-72	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim
6.	Marcus Rodrigo de Senna	24/11/1960 52 anos	Advogado	517.890.356-00	Membro	AGO de 2013	AGO de 2013	AGO de 2014	Não se aplica	sim

Abaixo, seguem as biografias resumidas dos indicados aos referidos cargos:

1. Renato Alves Vale: O Sr. Renato, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 17 de maio de 2004, está sendo indicado para reeleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Renato exerce também os cargos de: (i) diretor Presidente da CCR S.A. (“CCR”), desde 30 de abril de 1999; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (“RodoNorte”), desde 28 de abril de 2000; (b) Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (“STP”), desde 16 de janeiro de 2004; (c) Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“ViaLagos”), desde 30 de abril de 2004; (d) Concessionária de Rodovias do Oeste – ViaOeste S.A. (“ViaOeste”), desde 07 de março de 2005; (e) Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A. (“AutoBAN”), desde 11 de abril de 2006; (f) Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (“ViaQuatro”), desde 17 de março de 2006; (g) Companhia de Participação em Concessões (“CPC”), desde 08 de janeiro de 2008; (h) Concessionária do RodoAnel Oeste S.A. (“RodoAnel Oeste”), desde 08 de janeiro de 2008; (i) CPCSP - Companhia de Participações em Serviços Públicos (“CPCSP”), desde 19 de dezembro de 2008; (j) Controlar S.A. (“Controlar”), desde 13 de agosto de 2009; (l) Actua Assessoria S.A. (“Actua Assessoria”), desde 10 de maio de 2010; (m) Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“SPVias”), desde 22 de outubro de 2010; (n) Barcas S.A. – Transportes Marítimos (“Barcas”), desde 02 de julho de 2012; e (o) Companhia de Participações Aeroportuárias (“CPA”), desde 22 de outubro de 2012. Anteriormente, o Sr. Renato atuou como Diretor Presidente da AutoBAN e Diretor de Engenharia da NovaDutra. Antes de iniciar suas atividades no negócio de concessões em 1995, o Sr Renato ocupou vários cargos administrativos na Construtora Mendes Jr. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, AutoBAN, RodoNorte e Via Oeste, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

2. José Braz Cioffi: O Sr. José, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 29 de abril de 2011, está sendo indicado para reeleição para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. José exerce também os cargos de: (i) diretor Vice-Presidente de Gestão de Negócios da CCR, desde

01 de outubro de 2010; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) AutoBAn, desde 29 de abril de 2011; (b) RodoNorte, desde 29 de abril de 2011; (c) Controlar, desde 29 de abril de 2011; (d) RodoAnel Oeste, desde 29 de abril de 2011; (e) Actua Assessoria, desde 29 de abril de 2011; (f) SPVias, desde 30 abril de 2011; (g) Concessionária Transolímpica S.A. (“Transolímpica”), desde 20 de abril de 2012; e (h) Barcas, desde 02 de julho de 2012. Anteriormente, de 2005 a 2010, o Sr. José ocupou o cargo de Diretor Presidente da ViaOeste e de 2008 a 2010 ocupou o cargo de Diretor Presidente na RodoAnel Oeste. Foi também Diretor da Concessionária da Ponte Rio – Niterói S.A. (“Ponte”) e da ViaLagos, por 10 anos. É formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela FGV. Exceto pelos cargos que ocupa atualmente na CCR, RodoNorte e AutoBAn e pelos cargos que ocupou na ViaOeste, RodoAnel, Ponte e ViaLagos, bem como para o qual está sendo indicado para reeleição, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

3. Ítalo Roppa: O Sr. Ítalo, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 27 de abril de 2007, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Ítalo exerce os cargos de: (i) diretor Vice-Presidente de Gestão da CCR, desde 1º de novembro de 2005; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) RodoNorte, desde 1º de novembro de 2005; (b) STP, desde 16 de novembro de 2005; (c) ViaQuatro, desde 17 de março de 2006; (d) ViaLagos, desde 11 de abril de 2006; (e) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (f) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (g) AutoBAn, desde 30 de abril de 2008; (h) Renovias Concessionária S.A. (“Renovias”), desde 03 de junho de 2008; (i) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (j) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (l) Barcas, desde 02 de julho de 2012; e (m) ViaOeste, desde 27 de abril de 2007. Anteriormente, de 2002 a 2005, o Sr. Ítalo exerceu o cargo de Diretor Presidente da AutoBAn. Antes disso, trabalhou na Companhia e na Construtora Mendes Junior S.A. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, AutoBAn, ViaOeste e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

4. Arthur Piotto Filho: O Sr. Arthur, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 12 de dezembro de 2007, está sendo

indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Arthur exerce também os cargos de: (i) diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CCR, desde 12 de dezembro de 2007; e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) ViaLagos, desde 12 de dezembro de 2007; (b) ViaQuatro, desde 12 de dezembro de 2007; (c) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (d) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (e) STP, desde 30 de abril de 2008; (f) AutoBAn, desde 30 de abril de 2008; (g) ViaOeste, desde 28 de agosto de 2008; (h) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (i) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (j) Renovias, desde 04 de junho de 2010; (l) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (m) Barcas, desde 02 de julho de 2012; e (n) CPA, desde 22 de outubro de 2012. O Sr. Arthur é integrante da CCR S.A. desde seu início em 1999 e atuou como Gerente Financeiro de tal empresa até a abertura de capital, em fevereiro de 2002, quando passou a dedicar-se ao relacionamento com investidores. Antes de ingressar na Companhia, atuou no Grupo Camargo Correa nas áreas de Financiamentos Estruturados, Tesouraria e Planejamento Estratégico. Graduou-se em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, AutoBAn e ViaOeste, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

5. Leonardo Couto Vianna: O Sr. Leonardo, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 17 de maio de 2004, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Leonardo exerce os cargos de: (i) diretor responsável pela área de desenvolvimento em novos negócios da CCR, desde 18 de março de 2004 e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) AutoBAn, desde 30 de abril de 2008 (b) CPC, desde 08 de janeiro de 2008; (c) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (d) ViaLagos, desde 30 de abril de 2004; (e) ViaOeste, desde 07 de março de 2005; (f) RodoAnel Oeste, desde 08 de janeiro de 2008; (g) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (h) RodoNorte, desde 1º de setembro de 2003; (i) ViaQuatro, desde 17 de março de 2006; (j) STP, desde 16 de janeiro de 2004; (l) Controlar, desde 13 de agosto de 2009; (m) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; e (n) Renovias, desde 03 de junho de 2008. Anteriormente, de 18 de setembro de 1998 a 30 de abril de 2003, o Sr. Leonardo ocupou o cargo de Diretor de Obras da Companhia. Antes de entrar para o grupo, o Sr. Leonardo ocupou diversos cargos na Construtora

Mendes Júnior S.A. Formou-se em engenharia civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e em direito pela Universidade Paulista - UNIP. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, AutoBAn, Via Oeste e RodoNorte, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

6. Marcus Rodrigo de Senna: O Sr. Marcus, que é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 30 de abril de 2010, está sendo indicado para reeleição para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Atualmente, o Sr. Marcus exerce os também cargos de: (i) diretor Jurídico da CCR, desde 28 de novembro de 2008 e (ii) membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: (a) CPCSP, desde 19 de dezembro de 2008; (b) RodoNorte, desde 16 de abril de 2009; (c) RodoAnel Oeste, desde 28 de abril de 2009; (d) CPC, desde 30 de abril de 2009; (e) ViaLagos, desde 30 de abril de 2009; (f) Actua Assessoria, desde 10 de maio de 2010; (g) SPVias, desde 22 de outubro de 2010; (h) AutoBAn, desde 24 de abril de 2009; (i) ViaOeste, desde 29 de abril de 2011; e (j) Transolímpica, desde 20 de abril de 2012. O Sr. Marcus é integrante do Grupo CCR desde 1999 e atuou como Gerente Jurídico da Concessionária AutoBAn até 2002. Com a criação da Actua Assessoria, o centro de serviços compartilhados do Grupo CCR, o Sr. Marcus assumiu a Gerência Jurídica de tal empresa até 2004, quando passou a integrar o Jurídico da CCR como responsável pelos assuntos estratégicos do Grupo CCR. Anteriormente, o Sr. Marcus atuou na área de contencioso e consultoria. Formou-se em 1986 pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós graduado em 2003 pela Fundação Getulio Vargas no curso de MBA – Direito da Economia e Empresa. Exceto pelo cargo que ocupa atualmente na Companhia, e para o qual está sendo indicado para reeleição, bem como os cargos exercidos na CCR, ViaOeste, RodoNorte e AutoBAn, nunca ocupou cargo na administração de outras companhias abertas.

Nenhum dos membros do Conselho de Administração, nos últimos 05 anos, esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Conselho de Administração:

Eu, **Renato Alves Vale**, indicado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **José Braz Cioffi**, indicado para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Ítalo Roppa**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Arthur Piotto Filho**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Leonardo Couto Vianna**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera

judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Eu, **Marcus Rodrigo de Senna**, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

Santa Isabel, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração

5. PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Apresentamos a proposta para a verba anual e global para remuneração dos membros da Administração da Companhia.

Desta forma, para o exercício de 2013, propomos o montante de até R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), para a remuneração dos Administradores da Companhia, incluindo honorários e eventuais gratificações, não incluídos neste cálculo os valores referentes aos encargos sociais que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da Lei de Sociedades Anônimas.

Referido valor foi determinado em função da grande experiência dos atuais Administradores e seu alto grau de conhecimento das atividades e operações da Companhia, sua sólida reputação no mercado e devido à necessidade de manutenção e valorização dos talentos individuais da Companhia, inserida em um mercado cada vez mais competitivo.

Santa Isabel, 18 de março de 2013.

RENATO ALVES VALE
Presidente do Conselho de Administração